



C.N.P.J. Nº 71.832.679/0001-23
NIRE Nº 35300136497






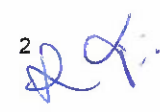
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE
ABRIL DE 2023

I - DATA, HORA, LOCAL: Assembleia realizada no dia vinte e sete do mês de abril de dois mil e vinte e três, às quinze horas, na Rua Boa Vista número cento e sessenta e dois, sexto andar, São Paulo, SP. **II - CONVOCAÇÃO:** Assembleias regularmente convocadas por aviso aos acionistas publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo no dia 25 do mês de março de 2023 e editais publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo nos dias 13 (treze), 14 (quatorze) e 15 (quinze) do mês de abril de 2023. **III - QUÓRUM:** Acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, conforme consta do livro de presença de acionistas. Presentes os acionistas: Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado Laura Baracat Bedicks e a São Paulo Transporte S/A – SPTrans, representada pelo Doutor Luciano José da Silva. Estavam presentes, por parte da CPTM, o Senhor Silvani Alves Pereira, Presidente do Conselho de Administração da CPTM, o Senhor Rafael Toniato Mangerona e a Senhora Leila Cristina Pereira Rodrigues Serrano, como representantes do Conselho Fiscal da CPTM o Senhor Laércio Paulino Simões e como representante da empresa Mazars Auditores Independentes S/S, a Senhora Angélica Aparecida Severino da Silva. **IV - MESA:** Presidente e Secretário: Sr(a). Silvani Alves Pereira, representante do Conselho de Administração da CPTM. **V - ORDEM DO DIA:** “**A) Assembleia Geral Ordinária** - 1 - Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e 3 - Eleição dos membros do Conselho de Administração. **B) Assembleia Geral Extraordinária** – 1 - Ratificação da alteração da remuneração e benefícios dos membros dos órgãos estatutários; 2 - Alteração do caput do artigo 3º do Estatuto Social, autorizando a respectiva consolidação de seus termos; e 3 – Outros assuntos de interesse da sociedade.” **VI - MANIFESTAÇÕES:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76. O assunto objeto da ordem do dia foi encaminhado ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, tendo aquele Órgão se manifestado por meio do Parecer CODEC nº 071/2023 (Processo Eletrônico SOG-PRC-2023/00005), de cujo teor foi dado conhecimento aos acionistas presentes. **VII - DELIBERAÇÕES:** **I - Em Assembleia Geral Ordinária** - O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer nº 071/2023, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans. **Item 01** - Versa acerca do exame e apreciação das demonstrações financeiras do exercício social de 2022. Sobre as demonstrações financeiras, a “Mazars Auditores Independentes S/S” opina em seu relatório, no sentido de que exceto pelos efeitos mencionados na seção abaixo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as

JUL 2023
08 07 23

(continuação da ata da 30ª Assembleia Geral Ordinária e 63ª Assembleia Geral Extraordinária)

práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis Ativo imobilizado não registrado Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 73 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O valor residual desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 1.936.551.000 líquido da depreciação acumulada de R\$ 253.867.000. (R\$ 1.985.849.000 e R\$ 197.825.000 de custo líquido e depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021, respectivamente). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa de seu controlador Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia estão subavaliados em R\$ 1.936.551.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R\$ 253.867.000, sendo que o resultado do período está superavaliado em R\$ 56.042.000 em 31 de dezembro de 2022. Ênfase Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo que no exercício de 31 de dezembro de 2022 o prejuízo foi de R\$ 432.767.000 (R\$ 469.383.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e capital circulante líquido negativo em R\$ 221.023.000 (R\$ 536.978.000 em 31 de dezembro de 2021). Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições demandam continuamente que recursos sejam aportados pelo seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), o que vem ocorrendo regularmente, para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse contexto, foi verificado que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 17.498 de 29/12/2021 e Decreto nº 66.436 de 13/01/2022, foram repassados pela Fazenda do Estado de São Paulo, recursos financeiros no montante de R\$ 914.165.000 (R\$ 686.415.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), voltados para investimentos, e R\$ 1.341.040.000 (R\$ 1.309.653 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), para o custeio da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. Concessão das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, em 27 de janeiro de 2022 foi efetivada a transferência da operação, manutenção, conservação e melhorias das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda para a empresa vencedora do leilão de concessão, realizado pelo Governo do Estado, no dia 20 de abril de 2021. A Companhia foi apenas interveniente no processo de concessão efetuado, repassando os riscos e benefícios referentes às linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda à empresa vencedora da licitação, contudo os ativos fixos de concessão remanesceram como ativos imobilizados da Companhia identificados como ativos de concessão. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. Cobertura de Seguros Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia não possui seguros contratados para os bens patrimoniais de sua

 *Angélica*    29

DUCESP
05 07 2022

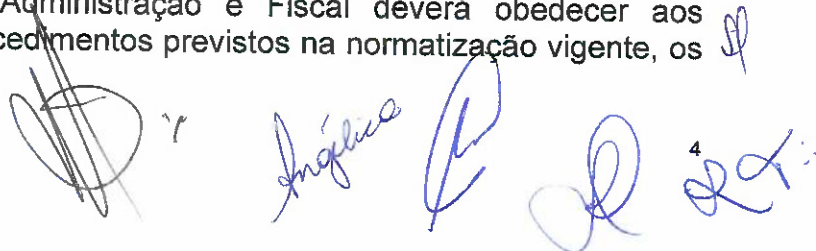
(continuação da ata da 30ª Assembleia Geral Ordinária e 63ª Assembleia Geral Extraordinária)

propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados estando em fase de aprovação para contratação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. O prejuízo do exercício de 2022, de R\$ 432.767 mil somado ao saldo de prejuízos acumulados de períodos anteriores, resulta em R\$ 9.825.924 mil. Assim, considerando o relatório da auditoria independente e à vista das manifestações favoráveis dos Conselhos de Administração e Fiscal, e da informação do órgão técnico da Secretaria da Fazenda e Planejamento que não apontou nenhuma desconformidade, os acionistas decidiram, por unanimidade, aprovar este item de pauta. Contudo, sem prejuízo da aprovação da matéria constante desse item, é enfatizado à administração da Companhia a recomendação no sentido de tomar as providências cabíveis de forma a atender os apontamentos da auditoria independente, procedendo aos ajustes necessários. **Itens 2 e 3 - As matérias constantes nesses itens versam sobre a eleição de membros para compor o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração. Para a eleição de membros para compor o Conselho Fiscal, os acionistas presentes, por unanimidade, aprovam a eleição dos indicados para o Conselho Fiscal, conforme segue: ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI, brasileiro, casado, administrador público, portador da cédula de identidade RG nº 8.339.861-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 810.647.568-91, residente e domiciliado na Avenida Barão de Monte Mor, 382 - apto. 21, Real Parque, São Paulo/SP (2º mandato - 1ª recondução) e seu respectivo suplente Sra. EMÍLIA TICAMI, brasileira, solteira, administrador público, portadora do RG nº 6.923.423-1, inscrita no CPF/MF nº 022.489.508-70, residente e domiciliada à Rua Francisco Pugliese, 403, São Paulo/SP (Em 1º mandato); Sra. MANUELA SANTOS NUNES DO CARMO, brasileira, solteira, economista, portadora do RG nº 32.719.470-4, inscrita no CPF/MF nº 294.973.808-79, residente e domiciliada à Rua André Mendes, 330, São Paulo/SP; e seu respectivo suplente CAIO CÉSAR GONÇALVES TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do RG nº 17.582.262, inscrito no CPF/MF nº 112.445.246-03, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1272, Bela Vista, São Paulo/SP, (ambos em 1º mandato); Sr. MANOEL MARCOS BOTELHO, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 13.404.231-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 031.636.188-71, residente e domiciliado à Av. Professora Ida Kolb, 255, apto. 163, São Paulo/SP; e sua respectiva suplente Sra. ROBERTA CAMPEDELLI AMBIEL GONÇALVES, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG 20.729.825-7, inscrito no CPF/MF nº 694.224.436-87, residente e domiciliado à Rua Gerânio, 174, Indaiatuba/SP (ambos em 1º mandato); DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do RG nº 27.476.792-2, inscrito no CPF/MF nº 320.328.238-02, residente e domiciliado à Rua Corrientes, 280, São Paulo/SP; e seu respectivo suplente Sr. ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 47.871.103-1, inscrito no CPF nº 409.636.828-81, residente e domiciliado à Rua Atenas, 373, Campinas/SP (ambos em 1º mandato), cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 0152-23-CC), e a**

DUCESP
05 07 23

(continuação da ata da 30ª Assembleia Geral Ordinária e 63ª Assembleia Geral Extraordinária)

conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00412 que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 02/2023). Ainda, nos termos do artigo 25 do estatuto social da Companhia, é garantida a participação de representante do acionista minoritário de 1 (um) membro para compor o Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Tendo em vista a ausência de representante do acionista União Federal e a não indicação de membro, pelo acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, ficará vago o cargo de membro para o Conselho Fiscal e seu respectivo suplente, que será objeto de futura Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada para tal finalidade. Os conselheiros fiscais ora eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do Codec, conforme deliberado em assembleia geral de acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. **Item 3 da pauta ordinária que versa sobre a eleição de membros para compor o Conselho de Administração.** As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 0152/23- CC) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00388, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 02/2023). De conseguinte, **os acionistas presentes, por unanimidade aprovam a eleição dos Senhores: PRESIDENTE - ALEXANDRE AKIO MONTONAGA**, brasileiro, solteiro, professor e advogado, portador do RG 13.321.799-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 104.458.748-21, residente e domiciliado à Rua Tucumã, 123, apto. 32, São Paulo/SP, em substituição a Silvani Alves Pereira. **MEMBROS: JOSÉ EDUARDO S. CANDEIAS**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 8.393.279 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 793.659.908-82, residente e domiciliado à Rua João Thomaz de Almeida, 37, Botucatu/SP, em substituição a Danilo Ferreira Gomes; e **RODOLFO NUNES MAHFUZ**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do RG 44.343.981-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 343.219.568-03, residente e domiciliado à Av. Horácio Lafer, 555, apto. 181, São Paulo/SP, em substituição a Carlos Pedro Jens; cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Os conselheiros eleitos deverão exercer suas funções com mandato coincidente com o dos demais, nos termos do estatuto social da Companhia. A investidura nos cargos de Conselheiros de Administração e Fiscal deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os



DUCEP
05 07 23

(continuação da ata da 30ª Assembleia Geral Ordinária e 63ª Assembleia Geral Extraordinária)

quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do Codec, conforme deliberado em assembleia geral de acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. De conseguinte, o Conselho de Administração passa a ter a seguinte composição: **PRESIDENTE:** ALEXANDRE AKIO MONTONAGA (1º mandato). **MEMBROS** PEDRO TEGON MORO, na qualidade de Diretor-Presidente; ADAILTON FERREIRA TRINDADE (3º mandato 2ª recondução); ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE (3º mandato 2ª recondução); RODOLFO NUNES MAHFUZ (1º mandato); JOSÉ EDUARDO SOARES CANDEIRAS (1º mandato); ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO (3º mandato 2ª recondução); BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, membro independente (3º mandato 2ª recondução); ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT, membro independente (2º mandato 1ª recondução); ANDREA MARIA RAMOS LEONEL, representante do acionista minoritário (2º mandato 1ª recondução); FABIANO MARCOS SANCHES, representante dos empregados (1º mandato). **II - Em Assembleia Geral Extraordinária** - O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer CODEC nº 071/2023. **Item 01** da pauta da assembleia geral extraordinária deverá ser fixada a remuneração dos membros dos órgãos estatutários. Conforme disposto nos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, do estatuto social, a fixação de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal é matéria reservada à Assembleia de Acionistas. Ainda, o parágrafo primeiro, do artigo 41, do estatuto social dispõe que a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral. Assim sendo, **os acionistas presentes, por unanimidade**, fixam a remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal, e dos membros dos Comitês de Elegibilidade e Aconselhamento e de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2023, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 11 de fevereiro de 2023. **Item 2** – versa sobre alteração do estatuto social, especificamente no caput do artigo 3º, **os acionistas presentes, por unanimidade**, deliberam para fazer constar o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.125.883.651,38, e respectiva emissão de 75.713.089.848 ações, passando o capital social de R\$ 18.269.417.927,22 para R\$ 19.395.301.578,60 e correspondente número de ações de 608.980.597.574 para 684.693.687.422. Esse aumento decorre de aportes de recursos transferidos financeiramente pelo Tesouro do Estado de São Paulo acionista majoritário, a título de AFAC Adiantamento para futuro Aumento de Capital, acumulado até 31 de dezembro de 2022. O Departamento - DFE-CPOF, órgão da Secretaria da Fazenda e Planejamento confirmou os aportes de recursos repassados pelo Tesouro do Estado. O artigo 166, inciso II, da Lei das Sociedades Anônimas, estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observado o que dispuser o estatuto social. O parágrafo único do artigo 3º do estatuto social expressa que, independentemente de reforma estatutária, poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 21.000.000.000,00, representado por 700.000.000.000 de ações,


DUCESP
05 07 23

(continuação da ata da 30ª Assembleia Geral Ordinária e 63ª Assembleia Geral Extraordinária)

mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. Contudo, a matéria foi trazida à deliberação desta assembleia, e nesse sentido foram apresentadas pela Companhia as respectivas manifestações favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Registre-se que também foi apresentado pela empresa o aviso aos acionistas para o exercício de preferência previsto no artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas. Desse modo, o dispositivo mencionado na forma proposta, passará a contemplar a seguinte redação: ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 19.395.301.578,60 (dezenove bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) dividido em 684.693.687.422 (seiscentas e oito e quatro bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentas e vinte e duas) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal." **Ainda neste item**, em decorrência da deliberação, **os acionistas presentes, por unanimidade**, aprovam a **consolidação do estatuto social**, nos termos do documento anexo, que passa a ser parte integrante desta Ata. Finalmente, no **item 3**, a Procuradora do Estado registra que, até manifestação contrária, todas as publicações da Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. Ademais, cumpre ressaltar que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação do CODEC. **VIII - ENCERRAMENTO:** Esgotada a Ordem do Dia, foi franqueada a palavra aos presentes. Como ninguém mais fez uso dela, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata, achada conforme, aprovada e assinada pelos abaixo arrolados. São Paulo, 27 de abril de 2023.

Acionista
presentes: O Estado de São Paulo
São Paulo Transporte S.A.


- representado pela Doutora Laura Baracat Bedicks
- representada pelo Doutor Luciano José da Silva


LAURA BARACAT BEDICKS
(pelo Estado de São Paulo)


LUCIANO JOSÉ DA SILVA
(pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans)


SILVANI ALVES PEREIRA
(pelo Conselho de Administração da CPTM)


LAÉRCIO PAULINO SIMÕES
(pelo Conselho Fiscal da CPTM)


ANGÉLICA APARECIDA SEVERINO DA SILVA
(pela Mazars Auditores Independentes S/S)


LAÉRCIO PAULINO SIMÕES
(pelo Conselho Fiscal da CPTM)


LEILA CRISTINA PEREIRA R. SERRANO
(pela CPTM)


RAFAEL TONIATO MANGERONA
(pela CPTM)